

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 20/07/2015 - Edição 1314

Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões garante pagamento integral de rescisões para vigilantes da Facility/Prol



O Sindicato foi contra o parcelamento das rescisões conforme proposto pela empresa

A direção do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e Região (Svnit) conquistou mais uma vitória em prol dos trabalhadores nesta sexta-feira (17). Em reunião no Ministério Público do Trabalho (MPT) de Niterói com a empresa Facility e a contratante dos serviços de vigilância, Imprensa Oficial, a empresa se comprometeu a pagar todas as rescisões integralmente dos 24 vigilantes demitidos. A data para a quitação é até o dia 24 de julho.

O Sindicato foi contra o parcelamento das rescisões conforme proposto pela empresa em outras cidades e se recusou a fazer as homologações sem a garantia de todos os direitos trabalhistas.

“Enquanto eu for presidente do Sindicato SVNIT não vou concordar

com essas práticas. O vigilante que for demitido tem que receber todas as suas verbas. A empresa tem que cumprir com as suas obrigações. Agradeço ao MPT de Niterói por ter aceito a nossa solicitação de mediação e também nos ajudado a fazer com que a empresa cumpra com as suas obrigações para com os trabalhadores. Muitas empresas criam mecanismos para que o vigilante busque na Justiça seus direitos e aceitam acordo e parcelam as verbas rescisórias, no entanto, quando eles recebem as suas faturas não tem prejuízo nenhum”, disse o presidente da entidade e secretário Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cláudio José.

A direção do SVNIT tomou conhecimento de que a Imprensa

Oficial havia retido faturas que totalizavam aproximadamente R\$ 230 mil, o que garantiria o pagamento das verbas rescisórias de todos os trabalhadores que prestavam serviços ao órgão.

O parcelamento das indenizações já vinha sendo praticado por outros sindicatos. O SVNIT chegou a receber um convite de um Sindicato do Rio para uma reunião com a Facility/Prol onde seria proposta a criação de um cronograma para que os trabalhadores somente recebessem as guias para sacar o FGTS e dar entrada no seguro desemprego. A direção do SVNIT se recusou a participar deste encontro.

Além do Presidente do Sindicato, Claudio Vigilante, também participaram da reunião o Vice-Presidente, Paulo Henrique, Dra. Patricia representando o Jurídico do Sindicato e o vigilante André representando os vigilantes que foram acompanhar a audiência.

“Agradecemos a confiança dos vigilantes na direção do Sindicato SVNIT, que sempre esteve e estará ao lado dos trabalhadores quando eles precisarem. Fizemos questão de convidar alguns vigilantes para acompanhar a reunião no Ministério Público do Trabalho e ver como atua a direção do sindicato. Nós temos lado, que é o do trabalhador”, conclui Cláudio Vigilante.

Fonte: Svnit

Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte determina pagamento de salários atrasados e direitos trabalhistas

A direção do Sindsecur-RN informa aos vigilantes da empresa Flash que foi assinada mais uma ordem de pagamento junto ao INSS no valor de R\$ 615.000,00 referente à ação encaminhada pelo nosso sindicato.

Agora, resta o juiz do trabalho determinar a transferência para a conta da Flash, em Natal e Mossoró. O objetivo é pagar os salários referentes ao mês de junho, além dos valores devidos aos vigilantes que trabalhavam nos postos de serviço do INSS e foram demitidos em consequência da política de ajuste do governo federal.

De acordo com o coordenador geral do Sindsecur, Francisco Benedito (Bené), o juiz do trabalho responsável pela ação movida pelo sindicato deverá determinar nova transferência da conta do INSS para cumprir faturas ainda atrasadas.

“Os vigilantes da Flash fiquem certos de que receberão logo os seus devidos pagamentos, bem como os companheiros demitidos deverão receber muito em breve todos os seus direitos trabalhistas. O Sindsecur está acompanhando todas as determinações do Ministério do Trabalho e vai continuar atento para que os trabalhadores sejam respeitados”, afirmou Bené.

Fonte: Sindsecur-RN

Sindivigilante/SE presta assistência a vigilante ferido em tentativa de assalto



Um vigilante da Central de Processamento de Dados da Caixa Econômica Federal, em Aracaju, foi ferido no fim da tarde desta quinta-feira, 16, após uma tentativa frustrada de assalto praticada por dois homens que supostamente tentariam roubar o armamento do profissional em serviço.

De acordo com informações da Polícia Militar, a central fica na Rua Alberto Azevedo, no bairro Pereira Lobo. Os homens não chegaram a entrar no local e também não levaram nenhum pertence do vigilante. A suspeita é de que a intenção deles era levar a arma do vigilante. Nenhum suspeito foi preso.

O vigilante foi atingido com um tiro na perna. Ele foi socorrido e encaminhado ao HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe, onde

ainda na noite desta quinta-feira, 16, passou por uma intervenção cirúrgica.

O Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe, Reginaldo Gonçalves, ao ser informado do ocorrido, imediatamente se deslocou para o hospital a fim de prestar total apoio ao vigilante ferido em serviço e todos os seus familiares, colocando toda estrutura do sindicato a disposição do profissional, e se comprometeu com seus familiares que o acompanhavam na unidade hospitalar, que solicitará uma audiência com o superintendente da Caixa Econômica Federal em Sergipe para solicitar o aumento no efetivo da agência onde aconteceu esse lamentável incidente, que por pouco não ceifou a vida de mais um profissional vigilante.

O representante do Sindivigilante informou ainda que cobrará da Secretária de Segurança Pública que possa investigar o caso e que venha a ser desvendado em curto espaço de tempo, e que os culpados pela tentativa frustrada de assalto possam ser presos o mais breve possível, dando uma resposta não só a categoria como a toda sociedade sergipana.

Ascom/Sindivigilante-SE

Vigilante de carro-forte receberá adicional de insalubridade por calor excessivo durante o verão



A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de embargos da Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda. contra o pagamento de adicional de insalubridade a um vigilante de carro-forte que permanecia por cerca de 5h dentro do carro forte sem sistema de refrigeração.

A perícia concluiu que a insalubridade em grau médio, conforme o anexo 3 da Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, somente ocorria no verão, devido ao calor excessivo nos veículos blindados que não possuíam sistema de refrigeração. A Brink's refutou o laudo e alegou

que situações eventuais não caracterizam insalubridade ou periculosidade.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) manteve a sentença da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que concedeu o adicional de insalubridade sobre o período 20 meses (quatro meses de duração da estação, multiplicada pelos anos de trabalho no transporte de valores). No recurso ao TST, a empresa insistiu na contestação à perícia, mas a Quinta Turma não conheceu do recurso, uma vez que a Súmula 126 do TST impossibilita o reexame de fatos e provas. Segundo a Turma, o laudo foi produzido conforme o artigo 429 do Código de Processo Civil.

SDI-1

No exame de embargos, o relator do processo na SDI-1, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, afirmou que a empresa não conseguiu caracterizar a divergência jurisprudencial, requisito para a admissão do recurso. Segundo o ministro, as decisões supostamente divergentes trazidas pela Brink's não continham tese com interpretação distinta de um mesmo dispositivo legal, como exige a Súmula 296 do TST. A SDI-1 rejeitou ainda embargos declaratórios opostos pela empresa.

Fonte: TST

Sessenta armas já foram roubadas de vigilantes neste ano em Mato Grosso

Armas danificadas não são mais usadas quando recuperadas, diz Sindesp. Delegacia diz que armas roubadas são usadas ilegalmente ou em crimes.



O número de roubos de armas de vigilantes chega a 60, apenas neste ano, em Mato Grosso. Os dados são do Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores de Mato Grosso (Sindesp).

Para tentar evitar os assaltos, os vigilantes tentam aumentar o número de rondas durante o trabalho, além de exigirem melhores condições na própria segurança.

Segundo o presidente do Sindesp, Ângelo Roberto Jacomini, apesar de não ter ao certo o número de roubos em anos anteriores, o sindicato percebe que os casos aumentaram gradativamente a cada período. Além de perder um armamento, a empresa de segurança que for assaltada também acaba tendo que custear com os prejuízos que ela

mesma sofreu.

O último roubo de armas registrado pelo sindicato ocorreu no dia 13 de julho, na sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Cuiabá. Segundo o boletim de ocorrência da Polícia Militar, dois homens estavam em uma motocicleta e chegaram ao local no período do almoço.

“O prejuízo é enorme, tanto no valor financeiro quanto moral. Quando uma arma ou colete é roubado, a responsabilidade de custo é da empresa, não tem como ressarcir”, disse Jacomini.

Enquanto os vigilantes tentavam resolver um problema no portão da fundação, acabaram surpreendidos pelos assaltantes. Duas armas foram roubadas nesse caso. Nenhum suspeito foi preso e nem as armas

foram recuperadas.

“Normalmente quando eles roubam a arma do vigilante levam em alguma funilaria e raspam a numeração do chassi da arma. Uma vez raspada a numeração da arma, a empresa não pode mais utilizá-la”, explicou o presidente do sindicato. A Polícia investiga casos de roubo de armas de vigilantes em Mato Grosso.

Investigação

De acordo com o delegado Rodrigo Azem Buchid, da delegacia de Roubos e Furtos (Derf) de Várzea Grande, na região metropolitana de Cuiabá, existem dois destinos para os armamentos roubados.

“Um deles é o comércio ilegal dessas armas de fogo, que muitas pessoas acabam se aproveitando de que as armas foram roubadas/furtadas. Elas compram para mantê-las em casa sem o registro”, comentou o delegado.

O outro destino é o que mais preocupa os policiais. “Outras armas são as que estão municiando os bandidos e cada vez mais comentem roubos e crimes utilizando essas armas de fogo”, finalizou Buchid.

Fonte: Gazeta MT/ G1 MT



Bancários do Mato Grosso fecham agência do Itaú por falta de segurança



Para alertar as autoridades sobre este perigo iminente e garantir a segurança dos bancários e clientes, os dirigentes do Sindicato dos Bancários do Mato Grosso fecharam nesta sexta-feira (17) a agência do banco Itaú, localizada no Bairro Cristo Rei em Várzea Grande, por falta de segurança em decorrência de mais um assalto.

Este foi o segundo assalto dentro de 45 dias. A agência foi assaltada quinta-feira (16) por homens armados que levaram os numerários da bateria de caixa. E, novamente, o pânico foi geral, pois os bandidos chegaram colocando armas na cabeça dos clientes e dos funcionários exigindo o dinheiro dos Caixas.

De acordo com as informações do secretário de políticas sociais do Sindicato e representante dos bancários de Mato Grosso na Comissão dos Empregados do Itaú (Coe/Itaú/Fetec/Cn), Natércio Brito, a agência ficará fechada em protesto contra a falta de segurança.

“O Itaú coloca a vida dos clientes e funcionários em risco. Está preocupado, somente, em obedecer à lógica do mercado para obter cada vez mais lucro, a qualquer custo. A porta giratória e de detector de metais coloca em risco os clientes e os funcionários, já que a porta da agência bancária fica aberta sem qualquer mecanismo que possibilite identificar quem entra no espaço esteja ou não portando arma”, explica.

Apesar do crescimento dos lucros do Itaú em 2014 que subiu para R\$ 20,242 bilhões, superando os R\$ 15,836 bilhões históricos de 2013. “O banco vem adotando um modelo em todo o país que extingue postos de trabalho, que reduz investimento em segurança e manutenção das agências”, avalia Natércio Brito.

Para o secretário de saúde e condições de trabalho do Sindicato, Clodoaldo Barbosa os clientes e a população também pagam por isso, com juros e tarifas exorbitantes. “A falta de investimentos em segurança

expõe a clientela a um ambiente de atendimento e de trabalho inseguro, que tem levando a categoria ao adoecimento”, critica.

“Várzea Grande ainda não tem uma lei que obrigue a instalação de itens de segurança nas agências bancárias, a exemplo de Cuiabá. Foi aprovado, recentemente, um projeto de lei pelos vereadores, mas, ainda falta a sanção da prefeita”, destaca a secretária geral do Sindicato, Nice de Souza.

O Projeto de Lei 4.091/2015 aprovado, que altera a redação e acrescenta outros artigos na Lei 3.403/2009, é de autoria do vereador Ivan dos Santos Oliveira, (Ivan do PT/VG) contempla os itens de segurança sugeridos pelo Seeb/MT. O projeto foi baseado na Lei de Segurança Bancária em Cuiabá, de autoria do vereador Arilson Silva (PT/Cuiabá).

O Sindicato já está orientando os funcionários na emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) e também orienta que os clientes que ficaram sem atendimento nesta agência devido ao assalto ocorrido por falta de porta giratória liguem para o SAC do Itaú (0800 728 0728) e para o Banco Central 145 (custo de ligação local) e que exerçam seu direito de exigir respeito e segurança, por parte do banco.

Fonte: Seeb MT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF